

Investigadores consideram um “atentado ambiental” intervenção feita em zona protegida das Lajes do Pico

Cientistas, investigadores e académicos dos Açores lamentaram a autorização de uma acção de terraplanagem numa área protegida na Plataforma Costeira das Lajes do Pico, que consideraram ser um “atentado ambiental”.

Num comunicado ontem divulgado, a comunidade científica “repudia” a intervenção feita no local, exigindo “medidas que levem à reposição do habitat natural próprio daquela zona”.

No passado mês de Agosto, a propósito das festas da Semana dos Baleiros, a Câmara Municipal das Lajes do Pico solicitou autorização para a instalação naquele local de uma tenda electrónica, que a Direcção Regional do Ambiente (DRA) autorizou, emitindo a respectiva licença, com base no argumento de não existir no local “quaisquer espécies de flora ou habitats protegidos que possam ser afectadas”.

Segundo referem os subscritores do comunicado, “o coberto vegetal foi removido, tendo sido depositados inertes que foram depois compactados, artificializando por completo o local”. O coberto vegetal foi removido, tendo sido depositados inertes que foram depois compactados, artificializando por completo o local. A tenda funcionou nas madrugadas de 24, 25 e 26 de agosto, prevenindo-se que seja removida posteriormente.

“Os signatários [do comunicado] consideram que a intervenção acima descrita constitui um atentado ambiental e emitem o presente texto para realçar os valores que estão em causa, refutar a fundamentação da DRA e apelar a que este tipo de intervenções não se repita, sendo o local devidamente restaurado”, lê-se.

Segundo destacam, a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies das Lajes do Pico é interdita a realização de “acções susceptíveis de provocar alterações ao equilíbrio natural”, pelo que a comu-



nidade científica considera “difícil” pensar numa “alteração ao equilíbrio natural mais radical do que o terrapleno de parte de uma área protegida e o funcionamento nesse local durante vários dias de uma tenda electrónica com emissão de níveis de ruído elevadíssimos”.

“A tenda está montada a escassas dezenas de metros de um conjunto de poças de maré de elevada importância para a alimentação de aves (incluindo a “Poça da Barra”), e de uma área de descanso, o ‘Calhau Grosso’. Toda a intervenção (construção, uso e desmontagem da tenda, e correspondentes movimentações de máquinas pesadas) afecta as aves que potencialmente utilizariam aquela área, sobretudo nesta altura em que decorre o pico da migração de aves limícolas. A sobrevi-

vência destes animais no decurso das suas longas deslocações depende criticamente de pontos de descanso e alimentação, cujo número e extensão se reduzem de ano para ano”, salientam os investigadores, que alerta para os “impactos permanentes” da artificialização do terreno.

“Mais, a deposição de inertes está em flagrante contradição com a autorização emitida em 2018 pela DRA, a qual diz (e citamos) ‘que não existirá qualquer movimentação de solos’”, frisam.

Segundo destacam, a zona em causa faz parte do Parque Natural da Ilha do Pico e integra uma zona de juncais. Os juncais salgados fazem “parte da lista de habitats a proteger a nível europeu, sendo a principal justificação para que a Plataforma Costeira das Lajes do Pico integre também a Rede

Natura 2000, estando definida como Sítio de Importância Comunitária”.

“As características naturais do juncais e das depressões de terreno que existem na Plataforma Costeira, com zonas de substrato rochoso, arenoso ou mistas, a existência de lagoas costeiras (por exemplo, a “Poça do Cão”), de zonas periodicamente inundadas (ex., a “Poça da Barra”), no fundo, toda esta diversidade de habitats, proporciona locais adequados para o abrigo e procura de alimento por parte de aves (particularmente limícolas e marinhas), que aqui ganham forças antes de retomarem os seus voos migratórios”, explicam no mesmo texto.

De acordo com os investigadores, serão 85 as espécies na Plataforma Costeira das Lajes, 16 das quais reproduzem-se no local.

“A orla costeira das Lajes é, assim, um dos melhores locais dos Açores para a observação de aves, sendo um dos principais pontos de passagem e de descanso de aves migratórias e acidentais, provenientes dos continentes europeu e americano”, salientam, no mesmo comunicado.

A comunidade científica pede ainda que os membros do Conselho Consultivo dos Parques Naturais de Ilha dos Açores sejam consultados “em futuras decisões de gestão ambiental envolvendo matérias que possam eventualmente ser polémicas”.

“Finalmente, apelamos a um debate alargado sobre as acções a implementar na Área Protegida das Lajes do Pico para cumprir de facto os seus objectivos de protecção de habitats e espécies, ao mesmo tempo que se aproveitam oportunidades educacionais e turísticas”, salientam. Propõem, neste sentido, que o “acesso à área protegida deve ser feito de forma controlada, para não colidir com os valores naturais ali presentes”.

Autarca Roberto Silva manifesta “pública contrição” por “desabafo” sobre Presidente da Miratecarts

O autarca das Lajes do Pico afirma que o comentário que escreveu sobre o Presidente da Associação Cultural Miratecarts foi um “desabafo”, sem intenção de “juízo de valor”.

Roberto Silva, que tem sido acusado de tecer um comentário homofóbico sobre Terry Costa, vem agora manifestar a sua “pública contrição ao Sr. Terry Costa e a todos os que não acharam adequado o uso daquela expressão”, no âmbito das suas funções de Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico que, segundo garantiu, desempenhará “até ao último dia deste terceiro mandato”.

“O vocábulo da gíria popular inserido num documento interno, mais não foi do que um espontâneo e repentino desabafo de desgarrado pela situação criada pela Miratecarts em 2017”, frisa, num esclarecimento tornado ontem público.

“O vocábulo da gíria popular foi escrito, sublinho, sem qualquer intenção que configurasse qualquer juízo de valor quanto à personalidade do Sr. Terry

Costa e muito menos sem qualquer intenção que visasse diminuir em nada o seu carácter, o seu comportamento intelectual e social, ou, muito menos, qualquer das suas opções ou orientações sexuais”, acrescenta.

Segundo recorda o autarca, “em plena Semana dos Baleiros de 2017, a poucos dias das eleições autárquicas e logo apoiada por um movimento político local que concorria contra a candidatura do Partido Socialista à Câmara Municipal das Lajes do Pico, a Miratecarts ‘anulou’ uma parceria com o Município das Lajes do Pico na realização do evento internacional Azores Birdwatching Arts Festival, de que resultaram significativos prejuízos para o Município das Lajes, económicos e promocionais”.

“Admito que a expressão empregue pôde, pelo enquadramento feito por terceiros, embora errado, ter adquirido uma conotação pejorativa, o que, acenuto, de modo nenhum correspondeu à intenção no momento da sua escrita, pois não passou de uma designação de

puro e espontâneo desabafo e até de indignação face a uma nova proposta de parceria apresentada pela Miratecarts à Câmara das Lajes, que era dada a apreciar no momento e de forma informal, quando aquela associação, poucos meses antes, tinha ‘rasgado’ um importante compromisso com a Câmara das Lajes, facto com inegável impacto no plano eleitoral”, explica.

Roberto Silva diz mesmo que, em vez daquele vocábulo da gíria popular, poderia ter usado outra expressão. “Em vez do termo empregue, poderiam, por mera hipótese e em geral, ter sido expressas palavras distintas, como ‘chico-esperto’, ‘vedeta’ ou ‘artista’ que definissem comportamentos e atitudes de relacionamento, mas nunca a intenção de discriminar alguém, muito menos sob qualquer ponto de vista com conotação com qualquer orientação sexual”.

O Presidente das Lajes do Pico reitera que a expressão que utilizou “não é feliz, nem adequada, em especial se

tivermos em conta o cargo político que desempenho, não pelo significado que literal, social e até politicamente lhe querem atribuir, mas porque, de modo nenhum, representa, nem na essência nem na forma, o meu modo de estar e de me interrelacionar com as pessoas e com a comunidade”.

“Impunha-se este esclarecimento em nome da mais elementar boa-fé, a fim de deixar também vinculada a minha intenção em normalizar, como institucionalmente é sempre devido, as relações entre a Câmara Municipal das Lajes do Pico e a Associação Miratecarts e, por maioria de razão, a fim de manifestar a minha pública contrição ao Sr. Terry Costa e a todos os que não acharam adequado o uso daquela expressão, no âmbito das minhas funções de Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico que desempenharei até ao último dia deste terceiro mandato, de acordo com a vontade do Povo do Município das Lajes do Pico expressa nas eleições em plena liberdade”, concluiu Roberto Silva, no comunicado.